

Estados preparam consulta

O senador José Sarney reuniu-se ontem em seu apartamento com os senadores andreazzistas José Lins, Carlos Chiarelli e Marcondes Gadelha, quando decidiram montar uma ampla articulação para realizar a prévia dos presidenciais em vários Estados, com o diretório nacional do PDS, no dia 25, aprovando ou não proposta neste sentido. As prévias estaduais estão sendo marcadas todas para o dia 29 de julho, já estando confirmada a sua realização no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas, conforme asseguraram parlamentares pedessistas desses Estados.

Nascendo da articulação entre andreazzistas e aureliantistas, que somam o apoio dos 13 governadores do PDS, acredita-se que as prévias a curto prazo estarão marcadas em mais outros seis Estados. Aguarda-se então, por pressão das bases municipais, que elas acabem sendo realizadas em todos os Estados.

Além dos cinco Estados que já marcaram as prévias, deverão aderir às prévias o PDS da Bahia, comandado pelo ex-governador Antonio Carlos Magalhães; Pernambuco, onde o domínio do partido está com o governador Roberto Magalhães e o senador Marco Maciel, este último liderando a articulação em favor da prévia dos presidenciais; Maranhão, onde o peso da liderança de Sarney ainda é muito grande; Paraná, com o patrocínio do ex-ministro Ney Braga, coordenador da candidatura Aureliano, e Minas Gerais, onde prepondera Aureliano.

Nos Rio Grande do Sul e

do Norte, Santa Catarina, Ceará e Alagoas, que já comunicaram a realização das prévias para 29 de julho, elas estão tendo a iniciativa dos governadores pedessistas e no Rio de Janeiro a responsabilidade ficou com o presidente regional do PDS, Moreira Franco, outro dos principais coordenadores da candidatura Aureliano.

Há dúvidas quanto à possibilidade de serem marcadas prévias, ao menos de imediato, em Sergipe, Paraíba, Piauí, Mato Grosso e Rondônia, Estados onde os governadores são do PDS mas ainda não foram consultados, e onde a influência do malufismo é forte. O mesmo ocorre com relação a Estados governados por oposicionistas e nos quais o malufismo tem força nas bases do PDS, como Mato Grosso do Sul, Goiás, Amazonas, Pará, Acre, São Paulo e Espírito Santo.

REAÇÃO

Vários parlamentares favoráveis às prévias visitaram seus Estados neste fim de semana, consultando as bases municipais a respeito da sua realização e voltaram entusiasmados com a reação de prefeitos e vereadores. O deputado alagoano Albérico Cordeiro, que esteve em Maceió e Arapiraca, diante do entusiasmo que encontrou nos municípios acredita que a ânsia de participação é grande, a ponto de ameaçar o PDS de completo esfacelamento caso a prévia não se realize.

A mesma impressão foi colhida pelo cearense Paulo Lustosa, o catarinense Fernando Bastos e o fluminense Moreira Franco. Para eles, um dos principais efeitos da prévia será a recomposição do PDS, que

em muitos municípios está com a sua direção acéfala, devendo agora se reorganizar sob o estímulo da participação na sucessão presidencial. Isso é particularmente verdadeiro em Estados governados pelas oposições, onde o PDS, desalojado da máquina estatal, encontra-se praticamente inativo ou com seus quadros em processo de evasão para o PMDB.

O regimento para a realização dessas prévias, mesmo que não avalizadas pela direção nacional do partido, seguirão um padrão com base em prévia realizada em 1982 no Rio Grande do Sul. As prévias deverão ser organizadas por comissões constituídas em cada município por vereadores e prefeitos. Devem funcionar como mesários os presidentes dos diretórios municipais, o secretário-geral e o líder do PDS nas Câmaras Municipais.

Os eleitores serão todos os filiados ao PDS até 31 de dezembro de 1982, segundo lista a ser fornecida pelos Tribunais Regionais Eleitorais de cada Estado. A apuração será feita no dia seguinte, sendo solicitado aos TRES que interfiram no transporte das urnas do interior e outros locais de votação para a sede das Assembleias Legislativas em cada Estado, local escolhido para a apuração. Uma única outra intervenção dos TRES será no fornecimento das urnas a serem utilizadas nas prévias. Conforme a experiência gaúcha, não há qualquer problema quanto à fraude no sistema de prévias, pois as bases municipais se mostram sempre interessadas na correção desses pleitos com os quais acreditam, ganham credibilidade.